

Suplemento de Arqueologia

Mensal | Ano 13 | N.º 93 | distribuição gratuita | Revista Municipal

III Jornadas de História Local



O Município, desenvolvimento e obras públicas. Aspirações e realizações da Câmara de Lousada. Séculos XIX e XX.

Município, desenvolvimento e obras públicas. Aspirações e realizações da Câmara de Lousada. Séculos XIX e XX

Particularmente a partir da segunda metade do século XIX o país vive um ciclo de modernização e desenvolvimento

que se manifesta através da realização de grandes e emblemáticas obras públicas. De iniciativa central destaca-se a Linha do Douro (1875), com passagem pela periferia do concelho, ou a Escola Primária da Vila (1901), inserida no plano de renovação dos edifícios escolares. Regeneradores como Passos Manuel ou Hintze Ribeiro lideraram politicamente este ciclo, que, em Lousada, encontra no visconde de Alentém o seu principal seguidor e líder local, cuja acção política muito contribuirá para o desenvolvimento do concelho. O projecto descentralizador plasmado no Código Administrativo de 1878, designadamente ao nível da justiça, que se materializa em Lousada na construção do Tribunal Judicial (1878/80), vê o seu ímpeto coarctado ainda durante a Monarquia Constitucional.

Contudo, a República recupera-o e dessa renovada autonomia municipal ficaram obras como a profunda remodelação dos Paços do Concelho (1913/15) – que usa o financiamento destinado às obras do Mercado Municipal, projecto delineado e aprovado pelo último executivo municipal monárquico em Abril de 1910 – ou os projectos sucessivos para o embelezamento e equipamento do jardim público do Senhor dos Aflitos.



Sessão de Abertura das Jornadas



Jornadas da História Local

Municipalismo e Urbanismo: a emergência desta temática na acção municipal e autárquica

José Viriato Eiras Capela¹

RESUMO

O município com o municipalismo adquire, no século XIX e XX, as tarefas do serviço público para a administração do território. Por via desse facto as políticas de gestão urbana adquirem particular realce em especial

nas terras de maior desenvolvimento demográfico. A análise da evolução da composição dos pelouros dos municípios exprime a nova realidade dos poderes municipais e coloca o pelouro do urbanismo ao lado do da gestão financeira.

¹ Professor Catedrático. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Entre Lousada e S. Bento: a dimensão política de António Barreto de Almeida Soares e Lencastre (visconde de Alentém)

Fernanda Paula Sousa Maia²

RESUMO

António Barreto de Almeida Soares e Lencastre, que todos conhecemos como visconde de Alentém, é o exemplo de um homem que ocupando uma posição de liderança na hierarquia formal do poder local, pôde intervir activamente na configuração das instituições locais, servindo-se de diferentes palcos de poder. Homens da sua dimensão, durante o século XIX, foram centrais nas suas regiões, não apenas porque constituíram eles próprios as elites institucionais locais, mas sobretudo porque detiveram “o monopólio do processo decisório legítimo”, o que os levou a disputarem eleições e a participarem nas instituições representativas, como forma de participarem nas principais arenas da luta e decisão políticas do Liberalismo. Numa altura em que, a nível central, se estava a verificar uma “reorganização das posições



Visconde de Alentém

sociais”, sendo possível assistir à ascensão de novos grupos, com o conseqüente declínio dos tradicionais, António Barreto de Almeida Soares e Lencastre, oriundo de uma região da periferia, interior norte, pertencia, ainda, sociologicamente às antigas elites mais tradicionais. No entanto, o percurso da sua vida profissional e política, quer como estudante na Universidade de Coimbra, quer como deputado permitiu-lhe partilhar e desenvolver sociabilidades e estreitas laços que muito importantes iriam ser no desempenho das suas funções políticas. É essa visão que pretendemos abordar nesta comunicação, procurando estabelecer os elos e as dinâmicas políticas entre Lousada e S. Bento, ou seja, entre o poder local e o poder central.

Quando o comboio chegou a Lousada

Hugo Pereira³

RESUMO

Em finais de 1875, o comboio chegava a Caíde, freguesia da extremidade sul do concelho de Lousada, prometendo trazer consigo os benefícios da então designada *viação acelerada*. Vinda do Porto, a composição circulava sobre a linha do Douro, via que mais tarde se prolongaria até à fronteira em Barca de Alva. A construção desta ferrovia – decretada em 1867, mas só iniciada em 1873 – e a sua chegada a Lousada ocorreram com um atraso significativo em relação ao início da aventura ferroviária em Portugal, no dealbar da década de 1850. A existência de outras prioridades na política ferroviária nacional determinou esta demora. Com o passar dos anos, as populações circun-

vizinhas, onde se incluía o próprio centro do concelho, começaram a sentir a necessidade de uma ligação mais eficaz à linha do Douro. No início do século XX, surgiu a ideia de construir uma outra via-férrea que ligasse Lousada, Felgueiras, Lixa, o centro de Penafiel e Entre-os-Rios à linha do Douro. A partir de 1913, o centro de Lousada passaria a fazer parte efectivamente da rede ferroviária portuguesa.

Nesta comunicação, abordar-se-ão estes e outros aspectos relativos a esta matéria. Pretende-se com isto evocar um passado próximo e manter viva a memória de um equipamento social que ainda hoje, 140 anos depois, mantém a sua utilidade social.

Jardim do Senhor dos Aflitos: projectos, obra e planos

Teresa Portela Marques⁴ e Bernardo Menezes⁵

RESUMO

Debruçando-se sobre o investimento no espaço público de Lousada, esta comunicação foi construída com base numa análise dos projectos e obras do Jardim do Senhor dos Aflitos, procurando revelar quais foram as intenções e as realizações efectivas da Câmara Municipal na criação de um jardim público nesta vila.

O jardim do Senhor dos Aflitos constituiu-se como um elemento cultural e paisagístico de referência para quem, desde a sua construção e até aos dias de hoje, visita

Lousada tendo procurado responder às aspirações correntes de criação de jardins públicos enquanto espaços de recreio e de valorização paisagística dos meios urbanos e, conseqüentemente, símbolos de modernização e civilidade.

O estudo realizado baseou-se na investigação sobre os dados recolhidos no Arquivo Municipal, abarcando os elementos constitutivos dos diferentes projectos, diversa iconografia e cartografia, bem como informações obtidas pela consulta de jornais e das atas do executivo camarário.

² Investigadora doutorada do CEPESE.

³ Doutorando de História na FLUP. Bolseiro FCT. CITCEM.

⁴ Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

⁵ Arquitecto Paisagista.

Da antiga Casa da Câmara aos novos Paços do Concelho (séc. XVIII/1913-15)

Cristiano Cardoso⁶, Pedro Magalhães⁷ e Luís Sousa⁸

RESUMO

A ancestralidade da existência da casa da Câmara do Concelho de Lousada no lugar da Oitava, na freguesia de Pias, é cabalmente comprovada pelo menos desde o segundo quartel do século XV. No entanto, durante a primeira metade do século XVIII, assistimos à transferência da câmara para um edifício no lugar do Torrão, na freguesia de Silvares, local onde se mantém até aos dias de hoje.

Naturalmente que, por vicissitudes do tempo e vontade política, o edifício foi alvo de múltiplas transformações ao longo da sua história. No início do século XX, com a Implantação da República, assistimos, porventura, à principal metamorfose dos Paços do Concelho. Assim, entre 1913 e 1915, o edifício da Câmara foi alvo de uma profunda remodelação arquitectónica que lhe conferiu, em termos genéricos, o aspecto que hodiernamente possui.

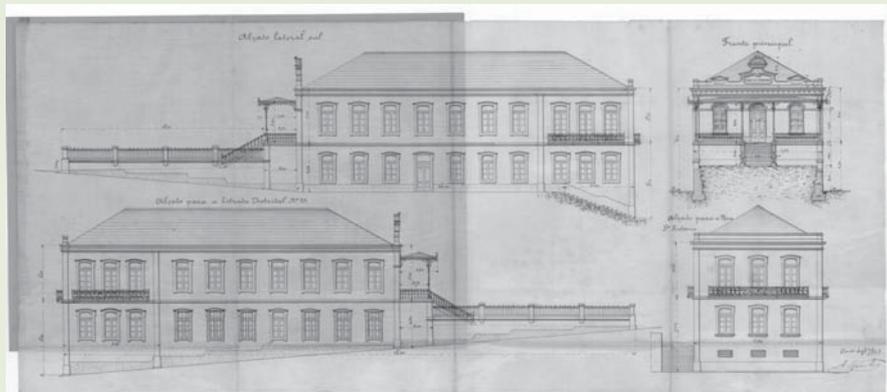
O edifício dos Paços do Concelho de Lousada no contexto das artes no tempo da I República

Carlos Caetano⁹

RESUMO

O Antigo Regime deixou-nos uma densíssima rede de concelhos de origem medieval, todos eles servidos pela respectiva casa do concelho, normalmente conhecida como *casa da câmara* e, no Minho e no Douro Litoral, conhecida também como *casa do foral*. A tipologia arquitectónica “casa da câmara” remontava ao século XIV, era muito simples e decorria das suas importantes funções de abrigar, sob o mesmo telhado, os actos judiciais, que tinham lugar na *sala* (assim transformada em *sala de audiências*); de acolher as reuniões das vereações na *câmara* da casa do concelho (assim transformada em *câmara das vereações*) e, enfim, de prender os presos (julgados e condenados na sala do piso nobre) no piso térreo da casa, assim transformado em *cadeia* ou em *enxovia*. Como se sabe, foi do nome da pequena e muito reservada divisão do piso nobre onde se reuniam os vereadores – a *câmara* – que derivou a designação mais popular da instituição concelhia: a Câmara, designada de “Municipal” apenas desde o século XIX.

A renovação do Poder Local imposta pelo Liberalismo, que se traduziu sobretudo na extinção de cerca de dois terços dos velhos concelhos de origem medieval, no âmbito do complicadíssimo processo de “arredondamento dos concelhos”, passou também pelo restauro e ampliação das velhas casas da câmara, por vezes muito antigas, pequenas e mal conservadas. Como não podia deixar de ser, aquela renovação passou também pela construção de raiz de amplos, salubres e moderníssimos *paços do con-*



Projecto dos Paços do Concelho[1]. Alçados. 1913

celho, a designação medieval da casa do concelho que o Liberalismo pôs em voga e que chegou até nós.

Os paços do concelho construídos na Época Liberal e na Época da I República respeitaram quase sempre a tipologia que remontava à Idade Média, assente na trilogia *sala de audiência*, *câmara das vereações* e *cadeia* dos presos. Do mesmo modo, a maioria dos Paços do Concelho construídos nos cem anos que se sucederam à implantação do Liberalismo, em 1833-34, teve-se a modelos arquitectónicos que também vinham do Antigo Regime, de nítida inspiração neo-clássica, e que tinham o seu exemplo cimeiro na monumental casa da câmara da vizinha cidade nova de Penafiel, datada de 1782 - a *maior* casa da câmara construída no Reino antes de 1833.

Face à esmagadora presença de paços do concelho de gosto neo-clássico, emergiram naturalmente paços do concelho subsidiários de outros gostos, ainda que minoritários e por vezes mesmo alternativos, nomeadamente nos últimos anos do Séc. XIX e durante os primeiros trinta anos do Séc. XX. Assim, os paços do concelho construídos nessa época proporcionam-nos um inespe-

⁶ Técnico Superior de História da C. M. de Lousada. Mestrando de História na Universidade do Minho.

⁷ Professor da Escola Secundária de Lousada. Mestrando de História na FLUP.

⁸ Arqueólogo da C. M. de Lousada. Mestrando de Arqueologia na FLUP.

⁹ Doutorando de História da Arte na Universidade Nova de Lisboa.

rado mas excelente observatório dos gostos dominantes e das opções culturais em presença naqueles anos, permitindo-nos acompanhar e avaliar das alternativas estilísticas e dos desígnios estéticos das autoridades concelhias e das comunidades que serviam e que, em contextos e em conjunturas locais muito específicas, desejaram e se reviram em paços do concelho de gosto *neo-gótico*, *neo-manuelino* e, a seu tempo, também *neo-românico*.

Incidir-se-á naturalmente nos paços do concelho de Lousada (projecto de 1913), que estilisticamente decorrem e proporcionam, apesar da sua pequena escala, um bom exemplo de uma apropriação de um gosto *neo-renascença* muito cosmopolita, de matriz francesa, tal como

codificado pela mais famosa escola de arquitectura da época, a *École des Beaux-Arts* de Paris, no quadro do ecletismo próprio da arquitectura oitocentista. Deve dizer-se que a opção estética das autoridades concelhias de Lousada, muito actualizada, estava em plena consonância com o gosto dominante dos homens da III República Francesa, que tanto influenciaram, em tudo, os seus irmãos republicanos portugueses. Por isso, tal como em Lousada, vários outros paços do concelho construídos na mesma época se filiarão nessa mesma linha estética, num momento em que a tipologia acima referida se encontrava próxima do seu esgotamento e em que a arquitectura se encontrava prestes a embarcar na aventura modernista e, com isso, a virar mais uma página da sua história.

O Mercado Municipal de Lousada: uma aspiração gorada

Cristiano Cardoso e Elsa Silva¹⁰

RESUMO

Em Abril de 1909 o último executivo municipal da Monarquia Constitucional deliberou no sentido de se avançar com a construção de um mercado na Vila de Lousada. O condutor de obras municipais ficou encarregado de

proceder à planta dos terrenos a expropriar e ao projecto do edifício e seu respectivo orçamento. Cerca de um ano após esta decisão o projecto e orçamento foram efectivamente apresentados e aprovados em reunião da Câmara Municipal, sendo o processo enviado para a Comissão Distrital, que se pronunciou favoravelmente e autorizou a obra. A partir desta altura o executivo camarário foi diligente neste processo e incumbiu desde logo um dos vereadores de iniciar as conversações para a expropriação dos terrenos. O mesmo vereador ficou ainda responsável por vender os títulos de dívida interna de que a Câmara era proprietária na casa que melhor garantias oferecesse. Todas estas deliberações foram tomadas até ao dia 28 de Julho de 1910. No entanto, a 5 de Outubro desse ano o regime republicano foi implantado em Portugal, os executivos municipais em exercício foram demitidos e foram nomeadas comissões administra-



Projecto do Mercado Municipal[1]. Alçado Principal. 1910

tivas para dirigir os municípios numa fase transitória. Ainda durante o mês de Outubro, a 1.ª comissão administrativa anunciou a necessidade de se remodelar os Paços do Concelho, usando, para esse efeito, as receitas provenientes da venda dos títulos de dívida, anteriormente destinadas ao custeamento do mercado. Foi, desta forma, abandonado o projecto do mercado municipal, na sequência da implantação do novo regime político em Portugal. Caso tivesse sido realizado, inserir-se-ia num período em que se denota, em muitas zonas do País, uma preocupação com a renovação dos espaços públicos das Vilas, bem como das infra-estruturas de função pública. O projecto deste espaço público em Lousada, não foi pensado por acaso, denota-se uma preocupação e vontade por parte do promotor, de construir uma infra-estrutura moderna e que acima de tudo servisse os Lousadenses.

Antiga escola da Vila: da intenção à realidade

Luís Sousa

RESUMO

O autor expõe como objecto de estudo a antiga Escola Primária de Instrução Pública de Silves – Escola tipo Adães Bermudes, situada no seio da vila de Lousada. Apresenta em linhas gerais o processo que culminou

com “Programa para a elaboração de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária”, e o processo que levou à construção da escola da vila de Lousada, iniciado em finais de 1900, até à assinatura de expropriação amigável a 25 de Julho de 1901.

¹⁰ Historiadora de Arte da Rota do Românico.